



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1005/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2219/2014.

Apenso: Processo nº 6899/2013 (04 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Wilson Martins de Araújo, Secretário Chefe da Casa Militar e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 37/2015 (fls. 102/122).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 931/2015-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 124/126v).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas. Exercício de 2013.

Improcedência da Denúncia Processo nº. 6899/2013. Contas regular com ressalvas. Quitação ao responsável. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar improcedente a Denúncia objeto do Processo nº. 6899/2013 – do Senhor Hamilton de Oliveira Leão, Presidente do Instituto Amazônico da Cidadania-IACI, contra a Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas, referente a Contratos e Serviços de Aeronaves Comerciais, diante de todos os argumentos expostos no relatório/voto;

9.2- Julgar regular, com ressalvas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996-LOTCE; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2013, da Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas (U.G. 11108), de responsabilidade do Senhor **Wilson Martins de Araújo**, Secretário Chefe da Casa Militar e Ordenador de Despesas, à época;

9.3- Nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, **dar quitação** ao Senhor



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1005/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Wilson Martins de Araújo, Secretário Chefe da Casa Militar e Ordenador de Despesas,
à época;

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.4.1- Encaminhe à atual Administração da Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas (U.G. 11108), as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.4.2- Arquive o Processo nº. 6899/2013, apenso a estes autos, que se trata da Denúncia do Senhor Hamilton de Oliveira Leão, Presidente do Instituto Amazônico da Cidadania-IACI, contra a Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas, referente a Contratos e Serviços de Aeronaves Comerciais, pois já foram objeto de análise na Prestação de Contas, em questão;

9.4.3- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em substituição

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral